



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001606-75.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **Valeria Balthazar**
 Requerido: **TIM CELULAR SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que a ré habilitou em seu nome um *chip* de telefonia celular sem que tivesse ciência disso.

Alegou ainda que por intermédio dessa linha foram enviadas mensagens em que teria sido acusada de envolvimento com drogas, roubo e ameaça de morte, não tendo ligação alguma com elas.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Muito embora a ré em contestação tenha assentado que a contratação da linha em apreço aconteceu de forma regular, ela não amealhou provas consistentes a respeito.

Nesse sentido, não declinou com precisão quais documentos teriam sido apresentados para a viabilização da transação, não apresentou o instrumento que lhe dissesse respeito e tampouco as costumeiras "telas" que usualmente são oferecidas em situações dessa natureza.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em suma, não extraio dos autos base sólida para estabelecer a convicção de que foi a autora quem deu causa à contratação versada.

Sem embargo, reputo que a pretensão deduzida não prospera.

Isso porque o motivo em que ela foi lastreada consistiu no envio de mensagens ofensivas à autora que tiveram origem precisamente na aludida linha.

Ora, é claramente perceptível que o que provocou danos à imagem da autora foram as mensagens desairosas que especificou na petição inicial, não se vislumbrando nem mesmo em tese algum liame entre a ré e esse fato.

Por outras palavras, a ré não praticou nenhum ato que diretamente tivesse causado algum dano à autora.

Nem se diga que a irregular contratação teria contribuído, ainda que mediatamente, para o evento ilícito.

Com efeito, a habilitação de linha telefônica constitui ato corriqueiro nos dias de hoje, mas nunca isso se dá – por parte das respectivas operadoras – com o intuito de propiciar o cometimento de ilegalidades.

A má utilização do serviço por parte de quem quer que seja não vincula a ré a tanto e em consequência entendo que ela não pode ser responsabilizada pelo que aqui foi noticiado.

O aprofundamento para a verificação da autoria dessa conduta encerra matéria que extravasa o âmbito do feito, de modo que não vislumbro por parte da ré ato irregular que desse margem a dano moral à autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**